

Centro de Estudos de Bioética  
Pólo Açores

---

Coordenação de MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES

# COMISSÕES DE ÉTICA: DAS BASES TEÓRICAS À ACTIVIDADE QUOTIDIANA

2.ª edição revista e aumentada

## AS INSTITUIÇÕES BIOÉTICAS PORTUGUESAS

A institucionalização da bioética correspondeu, como já terá ficado evidenciado, a um momento decisivo do processo da sua constituição como uma nova expressão da reflexão e da prática. A sua institucionalização contribuiu, por um lado, para a sua afirmação, consolidação e credibilização como novo domínio académico-profissional; por outro, para o seu desenvolvimento, diversificação e especialização. Com efeito, é a criação de instituições bioéticas num determinado país que testemunha o surgimento e a implantação da bioética nesse novo espaço geo-cultural, propiciando, simultaneamente, à própria bioética novas formas de enriquecimento pela diversidade que a mesma vai integrando.

Foi esta realidade que teve também lugar em Portugal no final da década de 80 com a constituição informal de um “Grupo de Reflexão” para os “problemas éticos que a aplicação indiscriminada dos progressos tecnológicos à Biologia e à Medicina estava a provocar” (Biscaia, 1990). Este Grupo viria a instituir-se formalmente como “Centro de Estudos de Bioética” no dia 9 de Dezembro de 1988 – tornando-se na primeira instituição bioética portuguesa. Deste modo, podemos afirmar que o processo de institucionalização da bioética em Portugal esteve em sintonia com o movimento geral que alastrava na Europa continental onde se havia iniciado também nos anos oitenta, sendo obviamente tardio em relação à emergência do mesmo no contexto anglo-americano.

No nosso país, e mais uma vez seguindo o processo de institucionalização comum a grande parte dos países ocidentais, as primeiras instituições que surgiram eram particularmente vocacionadas para uma reflexão de natureza teórica sobre os grandes princípios ou as grandes directrizes de actuação neste novo domínio. Seguiram-se-lhe outras instituições de carácter mais interventivo e só posteriormente começaram a ser criadas instituições vocacionadas para o ensino e também para a investigação. Hoje podemos apontar entre as primeiras não só o “Centro de Estudos de Bioética” mas também o “Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida” (1990); entre as segundas destacam-se as Comissões

de Ética para a Saúde, às quais a presente obra se dedica, devendo ser tratadas especificamente em várias das próximas secções; e entre as terceiras inscrevem-se muitas das Universidades Portuguesas que, através de Faculdades de Medicina, Filosofia ou Direito, têm vindo a criar diferentes unidades orgânicas vocacionadas para os estudos bioéticos, as quais serão aqui devidamente identificadas.

As referidas primeiras instituições bioéticas a que esta secção se dedica têm em comum um notável desempenho a três diferentes níveis: de consciencialização e sensibilização da sociedade em geral para os problemas éticos, inéditos, que o progresso bio-tecnológico suscita; de percepção da moral comum da comunidade em que se inserem, identificação, definição e sistematização dos valores que a regem; aproximação e adaptação dos princípios éticos consensuais no mundo ocidental à especificidade das realidades sob análise. Estes aspectos estão, de alguma forma, contemplados nas enunciadas circunstâncias determinantes para a instituição do CNECV e da atitude que o caracteriza, a saber: “[...] os progressos da ciência assim como das aplicações científicas respeitantes à vida [...], a tomada de consciência da pluridisciplinaridade, enquanto imprescindível para a avaliação das consequências de tais progressos científicos e técnicos [...], a instauração do debate democrático no seio da ética vivida. [...] A sua autoridade [do CNECV] é uma autoridade de influência e não de coerção; não tem como objectivo o exercício de um poder político, mas a aquisição e a divulgação da sabedoria.” (CNECV, 1999).

#### **Leituras recomendadas**

BISCAIA, Jorge, “Razão de Ser e Objectivos”, *Cadernos de Bio-Ética*, 1, 1990: 7-9.

CNECV, *Objectivos, Estrutura & Funcionamento*. Lisboa, CNECV, 1999.